



GT 4 – TEMA: QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL, RECURSOS NATURAIS, POVOS TRADICIONAIS, PROCESSOS MIGRATÓRIOS E DIREITOS HUMANOS

AGRICULTURA FAMILIAR: organização e desafios de sustentabilidade em comunidades tradicionais na Amazônia

Rosemere Barbosa Guimarães¹

RESUMO:

Este estudo analisa a organização e a relação de mulheres com práticas sustentáveis na comunidade do Quebrão. Para tanto utilizamos pesquisa qualitativa com técnicas para coleta de dados a observação participativa e entrevista semiestruturada com 03 mulheres que residem há mais de 05 anos na referida comunidade. Inferimos indícios de práticas sustentáveis. Essas práticas são desenvolvidas nos filhos e filhas a partir das vivências e organização das mulheres. Os saberes e conhecimentos tradicionais orientam a relação entre as mulheres e a natureza em que criam e recriam jeitos particular de lidar com os recursos ambientais.

Palavras-chave: Mulheres, Agricultura familiar, Sustentabilidade.

ABSTRACT

¹Estudante de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. E:mail: r_bguimaraes@hotmail.com. (92)99392-2114.

This study analyzes the organization and the relationship of women with sustainable practices in the community of Quebrão. For that, we used qualitative research with data collection techniques for participatory observation and semi-structured interviews with 03 women who have lived in the community for more than 05 years. We infer signs of sustainable practices. These practices are developed in the sons and daughters from the experiences and organization of women. Traditional knowledge and knowledge guide the relationship between women and nature in which they create and recreate particular ways of dealing with environmental resources.

Keywords: Women, Family Farming, Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade industrializada, caracterizada como a “sociedade do progresso” e do “desenvolvimento”, se expande pela exploração irracional dos recursos naturais configurando as contradições do capital e trabalho. Essas contradições manifestadas na destruição de base dos recursos naturais, na contaminação ambiental e degradação da qualidade de vida ambiental, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos (LEFF, 2000, SILVA, 2010) trouxeram complicações para a vida de milhões de brasileiros.

Na Amazônia, região rica e abundante de bens naturais e culturais (fauna, flora, rios, mitos, religiosidade, simbologias, saberes e práticas), desde a invasão dos europeus e continuada pelos governos oligárquicos foram inevitáveis as consequências danosas às populações tradicionais² tendo em vista os projetos desconectados da realidade destas. A ideia de “desenvolvimento ou modernização” apropriada pelos

²Considera-se populações tradicionais; os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, seringueiros, extrativistas e outros (CHAVES, 2015, DIEGUES, 2004). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. www.planalto.com.gov.br. Acessado em 12 de maio de 2017.

agentes econômicos “resultam apenas de dados numéricos positivos que resultam de um modelo econômico socialmente perverso” (VIOLETA, 2012, p. 535). Para Cavalcante (2001, p. 25) o desenvolvimento deve implicar redução verdadeira e permanente ou eliminação da pobreza.

Diante dos fatos, estudos, debates e reflexões acerca das problemáticas ambientais e culturais tem promovido a busca de estratégias e alternativas que redefinam a gestão dos recursos orientado sobre as bases da sustentabilidade (CAVALCANTE, 2001, LEFF, 2000, CHAVES, 2012). É nessa dimensão que este trabalho se debruça, considerando que a Qualidade de vida é, portanto, a meta principal de todas as ações que buscam conciliar os novos rumos do desenvolvimento com a proteção ambiental. Desse modo, compreende-se que, o desenvolvimento deve transcender o significado econômico, considerando princípios adequados de gestão dos recursos (CAVALCANTE, 2001; DIEGUES, 1997; SACHS,1993) desafiando homens e mulheres, tanto os que vivem no campo quanto os que vivem na cidade. Nesse construto, compreender a relação campo e cidade³ nos permite refletir a problemática desta pesquisa.

Este estudo analisa a organização e relação das mulheres com práticas sustentáveis na comunidade do Quebrão a 36 km de Vila Amazônia⁴ que está a 05 Km de Parintins. É uma das mais de 20 comunidades que constituem este assentamento. O acesso às comunidades é possível por via fluvial e estradas. Inicialmente a pesquisa ocorreu na feira do Produtor Rural na cidade de Parintins onde estão agricultores e agricultoras das várias comunidades vendendo seus produtos.

A partir de inúmeras idas e vindas no local da feira foram sendo estabelecidas proximidade com algumas mulheres onde foi possível identificar que são elas quem escoam e vendem os produtos. Na feira estão sempre sozinhas (sem cônjuge ou filhos/as). Ficavam de 5ª feira a sábado e por vezes até o domingo enfrentando as intempéries do

³ ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 11-31.

⁴ Projeto de Assentamento da Vila Amazônia, criado através do processo nº 1443/96, desapropriação por interesse social, Portaria MIRAD nº 1404 de 26 de outubro de 1988, com uma área de 78. 270 hectares, pelo Decreto nº 94.969 de 25 de setembro de 1987, Número 2092, Ofício 1º, Livro 02 – H, Folhas 159, Registro 001, data 02 de março de 1988, Comarca de Parintins/AM. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Acessado em 16 de dezembro de 2014.

trajeto campo e cidade, cidade e campo. Geralmente retornam para as suas comunidades aos sábados tendo muitas vezes que antecipar a venda de seus produtos por preços irrisórios a outros.

Despertando em mim muitas curiosidades e percebendo o interesse das mulheres em dialogar sobre suas práticas sustentáveis, a pesquisa caminhou para a comunidade do Quebrão onde essas 03 produtoras residem há mais de 05 anos.

Ressalta-se que, a partir dessa pesquisa e dos resultados obtidos e analisados pretende-se ampliar o estudo com o intuito de identificar se as práticas sustentáveis se manifestam no trabalho dos demais comunitários ficando os resultados aqui analisados como dados parciais.

2 RELAÇÃO DE MULHERES COM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE DO QUEBRÃO: A TERRA COMO UNIDADE PRODUTIVA

Os sujeitos desta pesquisa possuem faixa etária entre 34 a 54 anos de idade, têm de 03 a 14 filhos. Destas mulheres 01 concluiu o ensino médio e 02 têm ensino fundamental incompleto. Na época, em 2016, conviviam com seu cônjuge (em 2017, uma destas mulheres está separada). Serão denominadas nas análises entrevistada 1, entrevistada 2, entrevistada 3 por escolha e opção das mesmas.

A comunidade do Quebrão tem a terra, a agricultura, a criação de animais como unidade produtiva de subsistência e de comércio em que se destaca o plantio de jerimum, limão, banana, cacau, laranja, cupuaçu, pupunha, açaí e a mandioca, criação de patos e galinhas. No entanto, a mandioca é a referência na produtividade e se sobressai pelos derivados consumidos diariamente pela população que aqui habita.

O trabalho com a mandioca (os derivados) é destinado na maior parte às mulheres ocorrendo na casa de farinha que está localizada no próprio espaço da casa. Os estudos de FRAXE (2011) discute o modo de viver, a cultura, o trabalho na roça e na pesca da população ribeirinha e apontam que,

A mandioca é o componente básico do sistema de produção agrícola na Amazônia quer seja em regiões de terra firme ou em regiões de várzea, em razão de sua dupla

finalidade – subsistência e comercialização. É praticamente, o único produto agrícola não comercializado in natura. Assim como os povos autóctones da Amazônia, o ribeirinho transforma quase toda sua produção de raízes da mandioca, rica em amido, em farinha, utilizam-se de técnicas inteiramente artesanais (FRAXE, 2011, p. 122).

A farinha considerada um dos elementos de maior consumo pelos colonos e de quem vive na cidade, acompanha tudo o que comem: o vinho⁵, o peixe, banana, melancia, manga e outros. “Tudo tem farinha, tudo comporta o pão da terra, como se referiam os primeiros colonos diante do alimento então novo e desconhecido” (FRAXE, 2011, p. 191).

A nossa intenção em analisar a relação de mulheres com práticas sustentáveis pauta-se da premissa de que todos têm o direito de usufruir dos bens naturais e que para tanto, só é possível a partir da compreensão de sustentabilidade. Quando falamos em sustentabilidade normalmente pensamos, apenas, na preservação do meio ambiente e das espécies em extinção deixando de lado as pessoas, estas que a transformam para suprir suas necessidades de sobrevivência. Sustentabilidade vai muito além disso, pois abrange um conceito mais ampliado, que insere também o gênero humano e, conseqüentemente, sua preservação.

Sachs (2003) nos seus estudos sobre o conceito de sustentabilidade, toma como base cinco dimensões quais sejam sustentabilidade ecológica, econômica, social, espacial, cultural. A base de sustentação dessas dimensões se constrói e reconstrói ao passo que os sujeitos reconheçam a finitude da natureza e desse modo enfrentem no seu cotidiano com invenção e reinvenção do domínio e controle da natureza.

Nesse aspecto, a relação das mulheres do Quebrão com a natureza estão entrelaçadas com a valorização de seus patrimônios de recursos naturais, simbólicos e culturais que dão forma ao ambiente em que vivem. A apropriação dos recursos naturais por essas mulheres manifesta modos de vida mais sustentados. Cuidar para não acabar é o lema das entrevistadas. Uma das participantes revela: *“A fonte de tudo que comemos, bebemos, calçamos e vestimos vem da terra. E daqui levamos pra mesa do prefeito, do vereador, do médico, do professor... mas mesmo assim, não somos olhadas, respeitadas”* (Entrevistada 1, pesquisa 2016).

⁵ “Sumo extraído de frutas, é amassado com as mãos” (Entrevistada 2, pesquisa de campo 2016).

A valorização dos bens naturais parece mover essas mulheres mesmo ocorrendo em condições precária como foi possível observar durante a pesquisa de campo. A agricultura para essas mulheres é o “pão de cada dia” como costumam falar. Reconhecem que o trabalho do campo reflete na cidade e que, portanto, ao investir no campo a cidade também terá seus benefícios. É pensando dessa maneira que almejam atenção seja por gestores estadual e local evitando perdas maiores dos recursos que ainda existe. Uma das entrevistadas afirma a importância de uma gestão sustentável, contudo se sente ameaçada por “forasteiros” que vez ou outra entram pelos fundos da comunidade: *Aqui, exploram madeira, só não exploram mais porque o acesso é difícil* (Entrevistada 2, pesquisa de campo 2016). *“E quando chega gente estranha, procuramos logo saber quem são e o que procuram”* (Entrevistada 3, pesquisa de campo 2016).

Trata-se de uma luta por território em que as mulheres unidas pela noção legal das terras validam os esforços que constituíram para ter acesso ao seu lote. “Território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, se uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1997, p.223). Dentro dessa contextualização, observamos que a comunidade do Quebrão é protegida pelos próprios comunitários que tentam de todas as formas se unir para juntos não permitir que invasores venham se apropriar do patrimônio ambiental e cultural do qual tiram seu sustento.

As narrativas manifestam medo e insegurança dada à falta de apoio e atenção dos gestores local. Revelam que sentem-se, por vezes tristes, mas ao mesmo tempo realizadas por terem um lugar para viver, trabalhar.

A nossa maior preocupação é com a terra, porque se ela estiver fraca não dá fruta e nem a mandioca. Dá broca e não presta para fazer nada. Então os cuidados mesmo é olhar bem, está revirando, deixando descansar para continuar a produzir (Entrevistada 1, pesquisa 2016).

“A gente tem que ensinar desde criança para os nossos filhos o que fazer para a natureza não morrer. Eu digo pra eles que quando comerem ovos que guardem as cascas pra secar que serve pra adubar o solo”. (Entrevistada 2, pesquisa 2016).

Em casa todo mundo tem que trabalhar, que é pra saber valorizar e ir aprendendo que se não cuidar da terra nós não temos pra onde ir e nem do que viver. Então quem mora aqui já sabe desde criança que a queimada não pode ser feita sem cuidado, enfraquece o solo, não tem como plantar e não vai ter o que comer. (Entrevistada 3, pesquisa 2016).

Acreditamos que o que foi exposto, sobre a relação das mulheres com práticas sustentáveis, pode nos ajudar a pensar como mulher e natureza se entrelaçam e o quanto que, olhando dessa maneira, esse entrecruzamento pode abrir canais para reconhecer que a relação mulher-natureza-sustentabilidade pode ser melhorada e potencializada seja pela própria riqueza que a comunidade do Quebrão ainda usufrui e sobretudo, pela necessidade e racionalidade ambiental que essas mulheres têm. “O modo de vida dessas mulheres tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos que caminham para a conservação da biodiversidade quanto da sociodiversidade ou diversidade cultural “ (DIEGUES, 1997, p. 409).

Vê-se por aqui que, a reinvenção cultural pode possibilitar o desenvolvimento sem excluir a responsabilidade dos gestores local, estadual e federal. Ao contrário, o quanto a comunidade de um modo geral pode trabalhar em parceria com o governo local, de forma a potencializar os recursos naturais e as formas de manejo desses recursos. O desafio que se apresenta aos diversos atores/sujeitos sociais é a construção de novas modalidades de sociabilidade política, pelo exercício dos valores de solidariedade, de justiça, respeito à diversidade sociocultural e participação (CHAVES, 2014, p. 49).

Durante a visita na comunidade identificamos que a adubação orgânica do solo é uma preocupação para essas mulheres. Demonstrem preocupação porque segundo elas a Terra é sua fábrica, sua vida e de seus filhos. Percebemos que para adubá-lo, reutilizam resto de alimentos, esterco de boi, cavalo, galinha e as folhas. Ao questionarmos se recebem orientações e informações como lidar com a terra, elas respondem seguramente.

O que eu aprendo para manter nossa agricultura é na prática mesmo, quando não, eu vou na EMATER e peço informações para que a gente não fique sem comer e ganhar nosso dinheiro. A agricultura é a nossa vida. Eu conheço a terra, eu cuido dela. (Maria, 54 anos, Entrevista 2016).

Até tem dado certo do jeito que nossas experiências ensinam. Nós conhecemos a natureza, a gente sabe que queimada, tóxicos no solo enfraquece ele. E o que nós fazemos: colocamos produtos naturais como resto de comida, as folhas mesmo, estrume de cavalo, galinha e terra preta. Nossas frutas nascem bonita e gostosa (Isabel, 54 anos. Entrevista 2016).

Decerto que muitas pesquisas vêm afirmando que a falta de conhecimento dos agricultores tem levado à práticas que provocam danos e perdas do solo, das plantações como por exemplo o uso de tóxicos, a retirada da mata nativa dentre outros. Contudo, o que podemos observar é que essas mulheres, culturalmente, entendem a dinâmica da natureza, e, colocam em prática seus saberes e conhecimentos sinalizando a sobrevivência dos recursos que asseguram-lhe desde a alimentação ao vestuário, quando percorrem 31 km para ganhar seu dinheiro na feira. “Para compreender as formas de uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais, requer compreender um sistema de crenças e saberes, de mitos e ritos que conformam o modo de vida a partir da percepção e aproveitamento dos recursos locais” (CHAVES, 2015, p.134).

A água consumida pelos comunitários vem de igarapés e o cuidado com a limpeza é constante. As narrativas apontam que no período da seca os igarapés não secam totalmente, mas ficam estreito, logo a dificuldade é inevitável. As chuvas são bem-vinda e aparadas em reservatórios pequenos servindo para vários fins básico (lavar louças, os materiais utilizados no preparo da torrefação da farinha, do beiju, da tapioca e outros derivados da mandioca).

A água é o nosso bem precioso. Como nós não temos rio, só igarapé ou gruta, cuidamos o máximo. E isso nós ensinamos para os nossos filhos porque se forem ficar por aqui...aqui nós não desperdiçamos água. Usamos o necessário. Já moro aqui há 15 anos e sempre cuidamos disso. (Entrevistada 2, pesquisa 2016).

Lavamos as roupas no igarapé para poupar a água e não faltar pra fazer as coisas mais rápido. E todos já sabem desse cuidado e porquê evitar o desperdício de água. (Entrevistada 3, pesquisa 2016).

As dificuldades relatadas são encaradas de forma positiva e a essas mulheres não parece ser uma obrigação, mas, sobretudo, uma preocupação e zelo ao bem tão precioso para a sua sobrevivência. A concepção que as entrevistadas têm de sustentabilidade não está no conceito da palavra, mas na prática que envolve seus saberes e conhecimentos tradicionais que, sustentado pela ética de conservação ambiental, não pode ser vista como uma ética universal, mas sobretudo, como uma ética singular que vai ser orientada de acordo com suas percepções (CHAVES, 2015, p.52).

Nas narrativas é possível observar o reconhecimento da “pegada ecológica”⁶ o que sinaliza consciência ambiental que somada às tímidas práticas de agricultura sustentável é um indício para a sustentabilidade.

“Às vezes, até sem pensar joga sacola no chão e vem rápido no meu pensamento: o solo não aguenta, eu já sei que o plástico demora muito pra se decompor...repenso e falo sempre para meu marido, que é mais relaxado, e para os meus filhos, netos...” (Entrevistada 3, pesquisa 2016).

Eu vim ter casa própria aqui no Quebrão...e nem sempre tive essa preocupação, medo que a gente não consiga mais produzir se o solo não prestar mais. Eu choro, quando vejo na televisão aquelas famílias no Nordeste sem ter água para plantar...a terra partindo de tão seca...Eu quero é cuidar desse monte de terra que nós temos, da mata, dos nossos igarapés. Eu quero ver meus filhos crescerem tendo tudo isso...” (Entrevistada, 2, pesquisa 2016).

Interessa-nos nessa análise pensar e respeitar o modo de viver dessas agricultoras que às suas práticas agregam suas culturas, representações e simbologias que legitimam a forma de lidar com a natureza. Nessa mentalidade, observamos que não se apresentam passivas diante de suas práticas tradicionais que “justificam e reforçam sua contínua adoção e implementação que é também uma questão cultural” (c.f. GUIVANT, 2002, p. 128). Resta-nos compreender que as manifestações das agricultoras quanto ao uso de recursos prático ao do conhecimento técnico tem implicado conflitos entre estas e os técnicos que por vezes visitam a comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão dos recursos naturais pelas mulheres do Quebrão sinaliza indícios de práticas sustentáveis. Seus conhecimentos e saberes tradicionais contribuem de forma significativa para a conservação do patrimônio ambiental e cultural dessa comunidade.

Embora as práticas dessas mulheres apresentem indícios de sustentabilidade, sustentado pelas experiências tradicionais, há necessidade de investimentos nas práticas desenvolvidas por parte dos gestores, principalmente local. Mas o que vale aqui, é esse início, a tomada de atitude a uma gestão racional dos recursos e

⁶ A Pegada Ecológica está diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentável, ou seja, ao uso racional e equitativo (com justiça social) dos recursos naturais (SCARPA, 2012, p. 6).

motivadora de práticas sustentáveis que venha potencializar os recursos dos quais a comunidade e a cidade são beneficiadas.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de populações tradicionais. In: **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** UFPA/NAEA/CNRS, 1997.

CAVALCANTE, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** 3ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R., et.all. Saberes tradicionais e Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Tradicionais na Amazônia. In: FRAXE, Therezinha de J.P. et.all. **Agroecologia em Sociedades Amazônicas.** Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** Tradução: Anne Sophie de Pontbriand - Vieira, Christilla de Lassus. - São Paulo: Cortez, 1997. Pp. 407-432.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. FRANÇA, Suzelei de Castro. **Situando a Amazônia entre a biotecnologia, o direito e a geografia.** In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. WITKOSKI, Antônio Carlos. PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Amazônia: cultura material e imaterial.** São Paulo: Annablume; Manaus: UFA, 2011.

GUIVANT, Julia Silvia. A agricultura na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, Eduardo, et.all. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** 4ª ed., São Paulo: Cortez, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento.** Revista Direito GV, SÃO PAULO, 8(2), jul-dez, 2012. Pp. 527-552,

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: FURB, 2000.

SACHS, Ignacy. **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986).

SCARPA, Fabiano; SOARES Paula Ana. **Pegada ecológica: qual é a sua?** São José dos Campos, SP: INPE, 2012.